Produzir

Etanol para escanteio



Cesário Ramalho da Silva*

O CONGELAMENTO artificial do preço da gasolina como medida de controle da inflação vem gerando uma série de prejuízos para o setor sucroenergético, a Petrobras, a economia do País, o meio ambiente e a nossa saúde.

Sem capacidade de produção e refino suficientes para atender a demanda interna, já há um bom tempo, a Petrobras está sendo obrigada a importar gasolina e óleo diesel a volumes cada vez maiores, com valores de compra no mercado internacional acima do preço de revenda. Estima-se que a defasagem possa chegar a 30%.

Dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) mostram que os gastos com a importação de gasolina saltaram de US$ 71 mil, em 2009, para US$ 3 bi, no ano passado.

O desarranjo na importação de combustíveis queima divisas do País e corrói o caixa da Petrobras. A recente alta do dólar agravou o quadro, pressionando ainda mais as contas da empresa, que, publicamente, já cobrou reajuste nos preços, em torno de 15%.

O Governo subsidiou a compra de automóveis, elevando a necessidade de combustíveis, mas não se preocupou e não planejou a capacidade de oferta.

Com a inflação em alta e a Petrobras no sufoco, a equipe econômica vê-se numa encruzilhada entre alimentar o dragão da inflação reajustando os combustíveis ou continuar a dilapidar o orçamento da estatal, os dividendos dos acionistas da empresa e o patrimônio do País mantendo os preços vigentes.

Na órbita desse imbróglio, tratado como coadjuvante pelo Governo, está o etanol e, a reboque, todo o setor sucroenergético nacional, o mais eficiente do mundo e uma das cadeias produtivas mais importantes da economia brasileira.

O segmento da cana-de-açúcar emprega, diretamente, 2,5 milhões de trabalhadores, reúne cerca de 400 usinas, 80 mil fornecedores e 4 mil indústrias de base, distribuídos em mais de 600 municípios, que produzem acima de 5 mil hectares de cana/ano.

A política de subsídio à gasolina tirou consumidores do etanol, provocando uma desorganização acentuada do segmento. Recente seminário na ORPLANA (Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil) escancarou a trágica situação de pequenos e médios produtores de cana, que estão sendo expulsos da atividade e entregando suas propriedades a grandes grupos.

Nas duas últimas safras, cerca de quarenta e quatro usinas deixaram de moer, e, se nada mudar, este número poderá aumentar para cinquenta e quatro na próxima temporada. No período, 100 mil empregos foram extintos. As indústrias do segmento não têm encomendas e trabalham a 50% da sua capacidade nominal. Soma-se a isso o triste cenário marcado pela total ausência de projetos de novas plantas, como demonstra a carteira de consultas do BNDES.

Nos leilões públicos, o valor pago pela energia gerada pelo bagaço da cana é baixo, entre outros motivos, pela falta de critérios técnicos no formato dos leilões, que misturam várias fontes de energia numa mesma operação. Não há valorização dos benefícios gerados por fontes renováveis e limpas, deixando-as em igual condição de disputa com as de origem fóssil.

Ademais, mesmo com a redução do superávit nos estoques mundiais de açúcar, a oferta ainda é enorme, e o produto que vinha sustentando o caixa do setor sucroenergético perderá fôlego financeiro para continuar pagando a conta.

A ausência desse setor nos planos estratégicos do Governo denota, no mínimo, omissão das autoridades federais quanto aos riscos de sobrevivência que o segmento está correndo. São quarenta anos de trabalho, desde o início do Pró-Álcool, que estão escorrendo pelo ralo.

Diante desse quadro preocupante, a única certeza existente é que, uma hora, o ajuste na política de preços de combustíveis terá que ser feito. Não menos importante é o Governo definir, de uma vez por todas, qual é a matriz energética que deseja e qual o papel do etanol nesse modelo.

O setor sucroenergético não reivindica *royalties*, subsídios ou suporte oficial de prejuízos. O segmento quer única e exclusivamente um ambiente regulatório qualificado, com objetivos claros, segurança jurídica e menos intervencionismo, criando um cenário com mais previsibilidade para tomada de decisão do setor privado e de investidores. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)